



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O RACISMO E A CULTURA AFRO - BRASILEIRA NO ESPAÇO ESCOLAR.

Autor: Walquiria da Cunha Silva.

Universidade Estadual da Paraíba

E-mail: walquiria_sylvacunha@hotmail.com

Co-autor: Francenilda dos Santos Nunes

Universidade Estadual da Paraíba

E-mail: france_snunes@hotmail.com

Orientador (a): Lydiane Batista de Vasconcelos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

E-mail: lydianebatista@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem o propósito de apresentar e discutir as experiências de uma oficina na área da educação básica do 4º e 5º ano do grupo escolar João Claudino de Pontes, na Zona Rural na rede pública municipal da cidade de Guarabira, na qual tentamos colocar em prática a lei 10.639/03, de 09 de Janeiro de 2003. Iniciamos a oficina discutindo o racismo e a cultura Afro-Brasileira no espaço escolar, e buscamos dialogar com os alunos sobre os seus saberes acerca da cultura afro e também sobre o racismo, enfocando os preconceitos religiosos e raciais, objetivando retirar os rótulos que a sociedade nos impõe desde cedo. Com o intuito de desconstruir um imaginário da cultura afro-brasileira com base no livro didático produzido a partir de um viés europeu, visando um letramento histórico com relação ao tema abordado.

PALAVRAS – CHAVES: Lei 10.639/03, Cultura Afro-Brasileira, Preconceitos Raciais e Religiosos

ABSTRACT: This paper aims to present and discuss the experiences of a workshop in the area of basic education in the 4th and 5th year of school group João Claudino Bridges in Rural Area at Public city of Guarabira in which we try to put in practice the law 10.639 of 09 January 2003. We began the workshop discussing racism and Afro-Brazilian culture at school, and seek dialogue with students about their knowledge about the african culture and also on racism, focusing on the religious prejudice and racial, aiming to remove the labels that society imposes on us early. In order to deconstruct an imaginary of african-Brazilian culture based on the textbook produced from a European bias, targeting a historical literacy regarding the discussed topic.

KEY - WORDS: Law 10.639 / 03 , Afro-Brazilian Culture , Religious and Racial Prejudice



INTRODUÇÃO

A Lei Federal 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) e torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a implementação da Lei, são políticas de ações afirmativas, fruto de anos de luta do Movimento Negro para que o estado brasileiro reconhecesse o racismo e traçasse estratégias para combatê-lo.

A idéia desse artigo surgiu através de uma oficina realizada no Grupo Escolar João Claudino de Pontes no dia 15 de maio de 2015, no turno da tarde, para cumprir parcialmente nota no componente curricular: Ensino de História Afro-Brasileira e Indígena, com embasamento na Lei 10.639/03 onde foi discutido a Cultura Afro, fazendo uma análise do negro e sua cultura no Livro didático dos alunos do 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I, ajudando-os a construir um novo olhar para os negros e sua Cultura nos períodos da História, principalmente no período da escravidão, com o intuito de desconstruir a idéia de inferioridade e preconceito racial com o negro através de diálogos, músicas, imagens, tornando assim possível a construção de uma identidade e reconhecimento do negro como protagonista do surgimento da sociedade Brasileira, ou seja, mudando a maneira de sentir, de olhar, do agir no que refere aos diversos tipos etnocêntricos. Colocamos em prática a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Acreditamos que o sistema de educação pública tem a obrigação de possuir uma educação escolar de muita qualidade, onde estimule o aluno a transformar o meio social em que vive. Como está descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 29):

Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. Se existem diferenças socioculturais marcantes, que determinam diferentes necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum a todos, que um aluno de qualquer lugar do Brasil, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado.



Metodologia: A partir do que nos remete os pcn's a oficina foi realizada com intuito de viabilizar uma possível desconstrução da imagem do negro e os preconceitos existentes desde a colonização, começamos perguntando o que os alunos sabiam sobre o preconceito, cada um falou uma coisa, como apelidar o negro, o gordo, o magro e o gay. Tendo em vista que, de acordo com Stuart Hall (2003, p. 46, grifo do autor):

O preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao "Outro", baseados nessa "diferença cultural" hipostasiada, passou a ocupar seu lugar — o que Sarat Maharaj chamou de um tipo de "solia-assombrado do apartheid" — junto com racismos mais antigos, fundados na cor da pele ou na diferença fisiológica — originando como resposta uma "política de reconhecimento", ao lado das lutas contra o racismo e pela justiça social.

A partir do embasamento teórico – ao qual recorreremos para estruturar as nossas atividades – das oficinas de acordo com o percurso histórico marcado por preconceito e segregação social que os negros sofreram e ainda sofrem, continuamos com o desenvolvimento das atividades na tentativa de desconstruir mais um preconceito relacionado à religião afro-brasileira, o qual foi utilizado para “justificar” a imposição dos costumes europeus, tornando-se uma forte marca do eurocentrismo sobre os ritos e costumes afrodescendentes. Utilizamos uma metodologia expositiva e ao mesmo tempo participativa, pois iniciamos a oficina buscando primeiramente o conhecimento prévio dos alunos, posteriormente analisamos um cordel sobre o preconceito com o negro, primeiro líamos dois versos da estrofe do cordel e um aluno (a) continuava e assim foram todas as estrofes e junto ao cordel fizemos uma ponte com o livro didático, onde pedimos que os alunos (as) nos mostrassem as imagens que ilustrava o livro com relação ao negro e logo em seguida a turma percebeu que era exclusivamente negativa como nos remete Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio (2004)

“Contudo, fora da monótona rotina do trabalho escravo, pouco ou nada sabemos do que fizeram os africanos enquanto “colonizadores”, com tradições culturais rivais às dos europeus”. Dando continuidade utilizamos uma charge de Mafalda sobre preconceito onde encenamos o que estava escrito, posteriormente, discutimos a religiosidade dos negros e africanos, pois ao iniciarmos o tema, ouvimos da grande maioria dos alunos (as) as seguintes expressões “vishe vocês vão falar de macumba?”, ou “eu conheço uma vizinha que frequenta casa de macumbeiro”, sempre no tom depreciativo, por isso ao explicar sobre preconceito continuamos desconstruindo ideias prontas através de rodas de diálogos, avançamos na cultura afro com os ritmos e instrumentos musicais, tais como a macumba, desconstruindo os mitos sobre trabalhos religiosos dos africanos serem associados à macumba, depois usamos uma cruzadinha e um caça palavras relacionado à música



negra para analisarmos qual o impacto e profundidade do conhecimento que estávamos construindo juntos, pois nós aprendíamos a docência com os alunos, e eles aprendiam como se reconhecer enquanto negros e negras que somos. A discussão continuou com cada aluno expressando o que entendeu, e concluímos com cada um escrevendo uma frase contra o preconceito e juntos construímos uma charge e por fim os alunos nos avaliaram. Após o término da oficina reunimos todas as salas do 1º ao 5º, e realizamos com a ajuda de umaicineira especializada em turbantes, e desconstruímos o não reconhecimento do cabelo Afro ou como infelizmente é conhecido, cabelo ruim, meninos e meninas participaram e se divertiram muito sem o tabu não pode por causa do sexo, da cor, do tipo de cabelo ou coisas que rotulam as pessoas.



Crianças lendo o cordel e interpretando com asicineiras

Fonte: Elaborada pelasicineiras, 15 de maio de 2015

Enfim, basicamente a oficina discutiu o racismo e a cultura Afro-Brasileira no espaço escolar, onde buscamos dialogar com os alunos sobre os seus saberes da cultura Afro-Brasileira e também sobre o que eles sabiam sobre o racismo, onde buscamos refletir a respeito do conhecimento dos alunos sobre a cultura Afro-Brasileira, e como essa cultura está presente na vida desses estudantes de escola pública. Tendo em vista que, de acordo com Pierre Verger “as primeiras menções às religiões africanas no Brasil são de 1680, por ocasião das visitas do Santo Ofício da Inquisição” (1981, p.26), a partir disso, nós, enquanto professores e, especialmente, historiadores, não podemos negligenciar o ensino da nossa própria cultura na sala de aula. Não levar o aluno ao conhecimento



de algo que nos é intrínseco é o mesmo que negar as nossas raízes. É fundamental desconstruir esse arquétipo europeizado de religião e os ritos que nos foram impostos para abandonarmos, mesmo que, de certa forma e em certo grau, inconscientemente, a cultura da qual também somos frutos.

Com Foco mais na cultura Afro-Brasileira explanamos e reforçamos quanto a cultura africana colaborou para cultura brasileira, citando exemplos de comidas tipicamente brasileiras que se originaram com os negros africanos como a feijoada, nas suas histórias, nos instrumentos musicais. Exemplificamos que a diversidade cultural do Brasil está intimamente ligada à cultura africana, e nas brincadeiras delas também estavam vestígios dos africanos, como o pega-pega, cobrinha, escravos de jó, pular corda, pular elástico.

As danças e as músicas estão muito presentes na cultura africana, e isso fez com que houvesse a criação e vários instrumentos musicais africanos, e esses instrumentos fazem parte do axé, forró, samba. Podemos destacar como principais instrumentos como o afoxé, o agogô, berimbau, cuíca e o atabaque. Apresentamos cada um dos instrumentos com seus detalhes, através imagens e também atividades para os alunos responderem após a explicação.

Para Henrique Carneiro:

A antropologia das religiões no Brasil caracterizou os “candomblés de caboclo”, entre os quais se encontram o catimbó e a jurema, como uma série de cultos não alinhados com os terreiros de candomblés de orixás que se tornaram os mais tradicionais desde a primeira metade do século XX. Esse amplo campo místico folclórico constitui um panteão afroindígena-brasileiro, que incluiu os “encantados” cultuados como espíritos de caboclos, pretos-velhos e outras figuras. Num arco que tem, no seu extremo mais puro, o xamanismo indígena, na forma da pajelan-ça encontramos na sua parte intermediária as fusões em que a tradição indígena mistura-se com a africana e a católica, produzindo o catimbó e jurema como algumas das influências mais significativas da religiosidade indígena da cultura brasileira.

O historiador vai apontando no decorrer do seu texto a percepção que os antropólogos possuem sobre a Jurema. No caso específico da Paraíba, grande parte das publicações se debruça sobre as práticas das cidades da Zona da Mata paraibana, ficando as demais regiões sem trabalhos sistemáticos.



Resultados e Discussão: Ao terminarmos a oficina entrevistamos a professora Giselda de Souza Gomes de 23 anos que exerce a profissão a 4 anos, cuja sua formação é constituída apenas pelo Magistério, onde a mesma afirmou que durante sua formação não teve nenhuma disciplina sobre África e que não frequenta nenhuma capacitação continuada com relação a África, e que os alunos não se reconhecem negros (as), por vezes moreno (a). A partir das afirmações da professora torna-se visível a não aplicação da Lei Federal 10.639/03 na prática, o que impossibilita o ensino da cultura Afro-brasileira em sala de aula nas series iniciais, sendo assim negligenciado um direito aos alunos de reconhecimento cultural como afirmou uma das alunas negras da Escola João Claudino de Pontes, quando perguntamos se ela era negra e a mesma respondeu que era morena, antes da oficina, mudando completamente seu posicionamento após a oficina, pois a mesma passou a valorizar sua cor, seu cabelo e sua origem ao afirmar que não era morena e sim negra. Demonstrando que mesmo sendo criança tem a percepção do quanto o ser negro é desvalorizado e que possui uma conotação depreciativa no Brasil, como afirma Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio (2004) “Durante séculos, a palavra “negro” teve, para os brasileiros, um só significado. Herança do período colonial, ela representava não apenas a cor da pele, raça, ou etnia de um indivíduo, mas sua condição de escravo”.

Ao que nos remete, a discussão sobre a construção do conhecimento nas disciplinas da educação infantil, que sucede a necessidade de uma preparação dos docentes demonstrando as inúmeras lacunas existentes no período da formação acadêmica, no caso acima citado no Magistério, sendo mais visível no âmbito das áreas pedagógicas e metodológicas possibilitando a elucidação do processo da falta de informação do profissional, e a constante e expressiva falta de uma capacitação continuada como afirma Marisa Tayra em seu artigo “Mapeando perfil dos professores de História na Paraíba”:

[...] nenhum professor voltou a Universidade nos dois últimos anos para nenhuma ação de extensão, nem para nenhum tipo de encontro acadêmico (que costuma dedicar parte de sua programação para divulgação de estudos sobre ensino de história). Este parece ser um sinal significativo da distância que separa a escola de ensino básico da universidade, como os alunos graduandos costumam reclamar nos encontros do curso de Prática de Ensino.

Sendo uma maior incidência no âmbito da aplicação da Lei 10.639/03, que constitui obrigatório o ensino da cultura Afro-Brasileira em sala de aula.

CONCLUSÃO: Essa experiência serviu para que pudéssemos observar o quanto é importante os debates sobre o racismo e preconceito no ambiente escolar e aplicação da Lei 10.639/03, pois



algumas atitudes ainda se encontram arraigadas no cotidiano escolar e muitas das vezes passam despercebidas. Pois, de acordo com Maria Eunice Maciel:

Hoje, se as idéias eugênicas estão em desuso, é perigoso dizer que elas desapareceram, pois não apenas ainda existem os que as defendem (de várias maneiras, nem todas baseadas nos mesmos pressupostos do passado), como também sua difusão pela sociedade em geral foi muito grande, deixando resquícios no senso comum e implicando comportamentos cotidianos discriminatórios. (MACIEL 1999, p.122)

Assim, podemos ver que a recorrência do tratamento preconceituoso baseado nas questões raciais ainda é muito frequente em nossa sociedade, mesmo que esteja, de certa maneira, “camuflado” quando tratamos das práticas de origem africana, em especial no que concerne às questões religiosas. Acreditamos que o grupo conseguiu atingir seu objetivo, pois promoveu conhecimentos sobre o racismo e a cultura Afro, aos quais os estudantes apresentavam pouco conhecimento e compreendendo a contribuição do povo africano para a formação do Brasil de hoje não apenas enquanto ao período de escravidão com sua mão de obra como retratam a maioria dos livros didáticos, apresentamos um pouco sobre a história do povo que teve a maior participação na população brasileira através do tráfico de escravos, a ancestralidade que grita em nossas veias, um passado ainda pouco conhecido e estudado na educação básica. Nos manuais escolares e mesmo nas universidades, quase nada se aprende sobre nossos avós em sua terra de origem, a África – particularmente daqueles provenientes de territórios africanos dos quais o oceano Atlântico serviu de elo com o Novo Mundo (Mary Del Priore e Renato Pinto Venâncio, ano 2004).

REFERÊNCIAS:

CARNEIRO, Henrique. As plantas sagradas na história da América. VARIA HISTORIA, nº 32.

BRASIL. *Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003* que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília. 2003.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. Porto Alegre: UFRGS. Vol. 11. 1999.

VERGER, Pierre. Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo. São Paulo: Corrupio, 1981.

TERUYA, Marisa Tayra; FRANÇA, Paula Frassinetti S. Mapeando perfil dos professores de História na Paraíba.